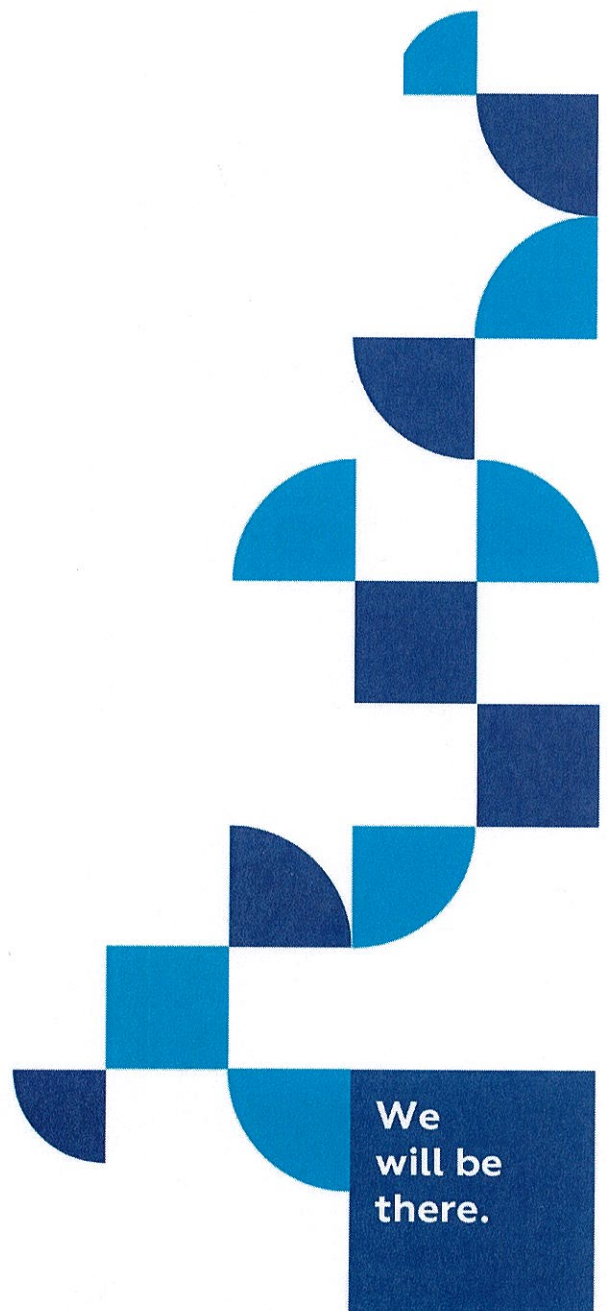


MDS
Auto

Insurance
& Risk
Consultants

Relatório de Gestão 2017

MDS Auto-Mediação de Seguros, S.A.



**We
will be
there.**



Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Exas. o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2017

1. Enquadramento Macroeconómico

2.1. Mundo

Pela primeira vez desde a crise financeira internacional, o crescimento da **economia mundial** superou as expectativas um pouco por todo o mundo. Depois de registar em 2016 a pior performance desde a recessão, o crescimento global acelerou para +3,7% em 2017, o ritmo mais elevado desde 2011.

Globalmente, 2017 ficou marcado por uma recuperação sincronizada nas economias avançadas e emergentes, em particular com a Zona Euro e o Japão a juntarem-se ao ciclo positivo de crescimento económico. O aumento do dinamismo refletiu a forte confiança empresarial e a solidez do consumo privado, que resultaram num aumento das despesas em capital o que, por sua vez, conduziu a novos ganhos no emprego e nos salários.

Acresce que, e contrariamente ao que era esperado, o ano foi marcado por uma relativa estabilidade, já que os maiores riscos geopolíticos não se materializaram: os principais movimentos nacionalistas não conseguiram conquistar o poder na Zona Euro, a Coreia do Norte prosseguiu com as suas provocações, mas os efeitos nos mercados financeiros foram de curta duração e os impactos económicos da administração Trump foram limitados.

Nos **Estados Unidos**, a atividade ganhou ritmo na segunda metade do ano, à medida que os efeitos da apreciação do dólar e dos movimentos no preço do petróleo se foram dissipando. A expansão tornou-se cada vez mais abrangente, no entanto, a procura doméstica constituiu o principal impulso, à medida que o aumento da confiança empresarial, o nível muito baixo de desemprego e os ganhos salariais continuaram a suportar o consumo privado e o investimento. Globalmente, a economia cresceu em linha com as expectativas, com a taxa de crescimento do PIB a acelerar de 1,5% em 2016 para 2,3%.

A **Zona Euro** constituiu a principal surpresa positiva, com o crescimento do PIB a alcançar os +2,4% em 2017. A atividade continuou suportada em fundamentos sólidos, nomeadamente a criação robusta de emprego, mercados de exportação em



crescimento, preços do petróleo relativamente baixos, política monetária acomodatória, melhoria das condições de financiamento e inflação subjacente contida. Acresce que, pela primeira vez desde 2011, todos os dezanove países membros registaram simultaneamente uma expansão do PIB.

Finalmente, a performance económica nos **mercados emergentes** também se consolidou. A China gozou de relativa estabilidade, com o crescimento a registar um nível semelhante ao de 2016 (+6,8%), enquanto a atividade no Brasil, na Argentina e na Rússia voltou finalmente a terreno positivo (+1,1%, +2,4%, +1,8%, respetivamente).

2.2. Portugal

Em Portugal, a retoma ganhou finalmente força, o PIB atingiu a taxa mais elevada de crescimento desde 2000 (+2,6%). A economia continuou a registar um superavit corrente e o défice público ficou abaixo do limite de 1,4%. Neste contexto, o sentimento de mercado em relação a Portugal melhorou substancialmente e os spreads da dívida soberana registaram uma forte queda.

Este dinamismo acrescido, que refletiu uma melhoria generalizada tanto das condições internas como externas, foi estimulado pela forte recuperação do investimento e das exportações, a par do crescimento continuado do consumo privado. No que respeita ao mercado de trabalho, a criação de emprego registou um crescimento mais forte do que o PIB, o que levou a uma forte queda do desemprego (8,9% contra 11,1% em 2016). Além disso, a recuperação económica continuou marcada pelo forte ciclo do turismo. De facto, o sector continua em forte expansão impulsionado por ganhos de competitividade e pelo aumento da insegurança em alguns destinos concorrentes, com os não residentes a contribuírem não apenas para o aumento das receitas dos hotéis^v e restaurantes (+16,5% e +11,2%), mas também a suportarem a retoma da construção relacionada com o turismo.

Neste contexto, o consumo privado em termos nominais (+3,4%) registou um crescimento superior ao do rendimento disponível. Isto foi sustentado pelo excepcional nível de confiança dos consumidores, que alcançou o nível mais elevado em cerca de 20 anos, num contexto de políticas governamentais expansivas aliadas ao forte efeito riqueza, que permitiu uma queda sem precedentes da taxa de poupança (+4,4% de +6,0% em 2016). A despesa (+2,6%) em bens duradouros permaneceu particularmente dinâmica, mas evidenciando uma clara desaceleração liderada pelas vendas de automóveis (+7,1%) que já regressaram aos níveis pré-crise, enquanto a eletrónica (+6,4%) beneficiou da recuperação do sector residencial. De notar que as



Handwritten signature and initials in blue ink.

vendas automóveis ficaram acima do inicialmente previsto para 2017, apontando-se para aumentos ligeiros nos próximos anos.

Em oposição, os gastos em bens não duradouros ganharam ímpeto, o que se refletiu na recuperação das vendas a retalho (+5,5%), nomeadamente nas categorias não alimentares (+4,7%), tais como vestuário (+3,8%). No que respeita ao retalho alimentar (+4,1%), as vendas permaneceram sólidas, beneficiando do aumento de preços no sector (+1,5%).

2. Evolução do Mercado Segurador

De acordo com dados provisórios publicados pela ASF¹, em 2017, a produção de seguro direto em Portugal registou um valor de cerca de 11.5 mil milhões de euros, o que se traduz num aumento face a 2016 em 6,3%. Denota-se assim a inversão da tendência decrescente que se vinha a verificar neste setor, devida quer à produção do Ramo Vida, bem como do Ramo Não Vida, ambos a registar crescimentos de 5,8% e 7,1%, respetivamente (ver Gráfico 1), acompanhando a melhoria da conjuntura económica observada neste ano.

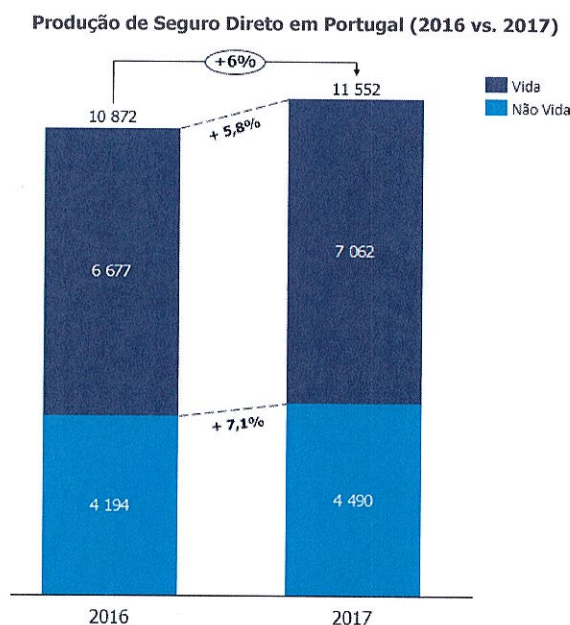


Gráfico 1 - Produção de Seguro Direto em Portugal

¹ Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, "Atividade Seguradora - Prémios de Seguro Direto – 2017", publicado em 15 de janeiro de 2018



O Ramo Vida, após o decréscimo verificado em 2016, apresenta um bom desempenho em 2017, com o seu crescimento a dever-se sobretudo aos Seguros Ligados a Fundos de Investimento que passam a representar um peso de 30,96% face ao total do ramo Vida (25,3% em 2016). Neste domínio salientam-se os planos de poupança reforma (PPR), cujo crescimento foi de aproximadamente 30%, passando o seu peso neste ramo para 31,6%, um aumento de 5,9 pontos percentuais face ao ano transato.

No Ramo Não Vida, a produção foi de cerca de 4.5 mil milhões de euros, sendo os ramos de Acidente e Doença e Automóvel, os quais conjuntamente apresentam um peso de 72% neste Ramo, os que mais contribuíram para este aumento. Neste contexto, assistiu-se a um aumento de 5,8% nos prémios brutos gerados pelo seguro automóvel, os quais se situaram em 1.6 mil milhões de euros, e a um aumento de 13% na modalidade de Acidentes de trabalho (o maior crescimento verificado em 2017) observando-se um volume de prémios de 0.7 mil milhões de euros.

3. Atividade da MDS Auto

Verificando-se uma crescente competitividade no mercado do seguro automóvel, com consequente exigência de inovação nos seus serviços prestados, em 2017 a MDS Auto manteve-se ativa no desenvolvimento de parcerias com empresas de referência no setor automóvel, a fim de proporcionar melhores soluções de seguros aos seus clientes, atendendo às suas necessidades de forma mais personalizada e integrada. No contexto da gestão e desenvolvimento de parcerias a MDS Auto apoiou o Toyota Day 2017 e marcou a sua presença na 28ª Convenção da Anecra - Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel.

No decurso da sua atividade em 2017 a MDS Auto promoveu um conjunto de formações junto dos seus parceiros da área de Car Dealerships, nomeadamente dos Gestores de Negócio/vendedores, bem como promoveu, no âmbito do seu protocolo conjunto com a Anecra, a criação de uma solução exclusiva do Seguro de Responsabilidade Ambiental garantindo uma proteção alargada e um preço competitivo ajustada aos negócios dos seus clientes.



4. Desempenho Operacional

A melhoria progressiva verificada na economia portuguesa e nas condições do mercado de trabalho, aliada ao crescimento das vendas de automóveis proporcionou à MDS Auto um ambiente favorável ao seu desempenho, verificando-se um volume de negócios em 2017 de 2.775.501 euros, evidenciando um crescimento de 21,6% face a 2016.

No que respeita à estrutura de custos operacionais, esta apresentou um aumento de 15,7% motivado pelo aumento dos FSE's que representaram 57,8% do volume de negócios total. De forma inversa verificou-se uma diminuição nos custos com pessoal em 2017, após o processo de reorganização interna levado a cabo em 2016 que teria originado um acréscimo pontual nesta rubrica.

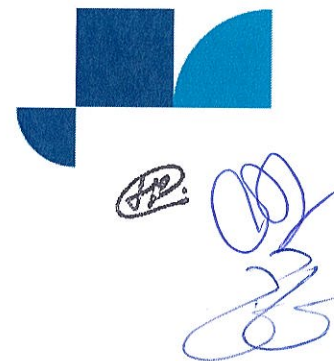
Assim, em 2017 o EBITDA cresceu 43,6%, e a Margem EBITDA, que já nos últimos anos tinha evidenciado valores significativamente positivos, volta a destacar-se em 2017, com um valor de 25,6%, demonstrando uma estrutura consolidada ao nível das operações da MDS Auto e a sua capacidade de geração de cash-flows.

O Resultado Líquido de 2017 situou-se nos 529 mil euros, um acréscimo de 165 mil euros face a 2016.

Os principais indicadores da atividade da MDS Auto em 2017 são expostos na Tabela 1, imediatamente abaixo:

Valores em euros	2017		2016		Δ 17/16
Volume de Negócios	2 775 501	100,0%	2 281 933	100,0%	21,6%
Custos operacionais	-2 065 401	74,4%	-1 787 334	78,3%	15,6%
FSE's	-1 605 289	57,8%	-1 175 484	51,5%	36,6%
Custos com Pessoal	-458 030	16,5%	-619 407	27,1%	-26,1%
Outros proveitos /custos operacionais	-2 082	0,1%	7 557	0,3%	-127,5%
EBITDA	710 100	25,6%	494 599	21,7%	43,6%
Amortizações	-22 074	0,8%	-23 553	1,0%	-6,3%
Resultados Financeiros	904	0,0%	386	0,0%	134,1%
Imposto sobre o rendimento	-159 876	5,8%	-106 974	4,7%	49,5%
Resultado Líquido	529 054	19,1%	364 459	16,0%	45,2%

Tabela 1 - Principais Indicadores MDS Auto (2017 vs. 2016)



5. Política de gestão de risco

A política da MDS Auto, em matéria de gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura insere-se na política integrada de gestão de risco do Grupo MDS definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta e cuja explanação se encontra descrita nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A.

6. Proposta de Aplicação dos Resultados

No exercício de 2017, a MDS Auto obteve um resultado líquido de 529.053,87 euros (quinhentos e vinte e nove mil e cinquenta e três euros e oitenta e sete cêntimos), o qual propõe que seja aplicado da seguinte forma:

Dividendos:	1.000.000,00
Outras Reservas:	-470.946,13
	<hr/>
	529.053,87
	<hr/>

7. Perspetivas 2017

Após um ano marcado pela boa performance, denotando a estratégia de consolidação de posição no mercado segurador para o segmento automóvel por parte da MDS Auto, a Empresa arrancará em 2018 focada em manter o desempenho alcançado. Para tal, continuará a centrar a sua atenção no Cliente, aumentando o seu nível de serviço, não só através de uma maior eficiência na capacidade de resposta, tornando-a mais célere, como através de uma oferta adaptada às necessidades de cada cliente e à evolução do próprio mercado. Por sua vez, prevendo-se um crescimento da atividade económica para 2018, com uma aproximação progressiva à média do crescimento da área do euro, e ainda uma evolução positiva das vendas de automóveis, tal como se tem vindo a verificar nos últimos três anos, assiste-se a um contexto que será favorável à prossecução da estratégia da MDS Auto.



A MDS Auto continuará ainda a acompanhar as novas tendências do setor, estando alerta para novas necessidades de adaptação e inovação. Face ao dinamismo observado, incitado pelo desenvolvimento tecnológico, pela transformação digital a até pela “inteligência artificial”, verifica-se ao nível da oferta a introdução de características únicas e inovadoras, quer no que respeita a processos gestão de sinistros, quer a canais de distribuição seguros e novas coberturas adaptadas a estas novas realidades, as quais são relevantes e refletidas a fim de serem incorporadas na estratégia de longo prazo da MDS Auto.

8. Considerações Finais

Uma palavra de apreço e consideração para todos aqueles que têm contribuído para o progresso da MDS Auto, em especial, aos clientes, que nos convidam a inovar e a criar um serviço cada vez mais adequado ao mercado permitindo assim o crescimento e o reconhecimento desejado, aos colaboradores pelo seu empenho pessoal e profissional, aos acionistas pela confiança e contributo para este projeto e à Assembleia Geral e ao Fiscal único pela disponibilidade sempre demonstrada e a todos aqueles que das mais diversas formas se relacionaram e contribuíram para o progresso da MDS Auto.

Porto, 03 de abril de 2018



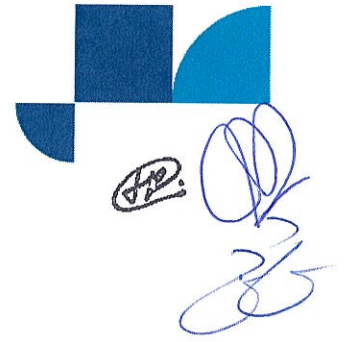
**INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO FISCAL ÚNICO
(Art. 447º CSC)**

Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar (Presidente) – Não tem ações nem obrigações.

Miguel Pedro Caetano Ramos (Vogal) – Não tem ações nem obrigações.

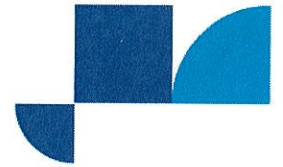
Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos (Vogal) – Não tem ações nem obrigações.

FISCAL ÚNICO: PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. representada pelo **Dr. José Miguel Dantas Maio Marques** ou pelo **Dr. António Joaquim Brochado Correia** – Não tem ações nem obrigações.



**INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS DA
MDS – Auto Mediação de Seguros, S.A.**

Acionistas	Ações			
	Detidas	Adquiridas	Vendidas	Detidas
	31-12-2016	Em 2017	Em 2017	31-12-2017
MDS SGPS, SA	250.050	0	0	250.050
Salvador Caetano Auto SGPS, SA	249.950	0	0	249.950



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

(Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar)

(Miguel Pedro Caetano Ramos)-

(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

mdsauto@mdsinsure.com

Tel (+351) 22 608 24 10

Av. da Boavista 1277/81, Piso 0 • 4100-130 Porto • Portugal

Portugal | Brasil | Angola | Moçambique | Espanha | Reino Unido | Suíça | Malta



MDS Auto – Mediação de Seguros, SA

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 – 1º – 4100-130 Porto

Capital Social 500.000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia sob o número único de matrícula e identificação 500 336 792

Relatório e Contas

31 de Dezembro de 2017

DECLARAÇÃO

Nos termos do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face aos elementos fornecidos pelos elementos que compõem os Órgãos de Administração e Fiscalização da Empresa, que nenhum deles, possui ações ou obrigações emitidas pela sociedade.

Declara-se, face às comunicações dos acionistas abaixo relacionados, que:

- a Mds SGPS, S.A. possui 250.050 ações, representativas de 50,01% do capital social;
- a Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. possui 249.950 ações, representativas de 49,99% do capital social.

O Conselho de Administração,



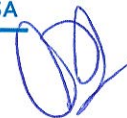
(Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar)



(Miguel Pedro Caetano Ramos)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)



MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos Fxos Tangíveis	6	141,60	212,40
Propriedades Investimentos	7	857 259,06	879 262,68
Total de activos não correntes		857 400,66	879 475,08
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	8	264 095,98	6 299,96
Outros Créditos a Receber	9	349 080,12	413 874,42
Diferimentos	10	11 188,18	7 676,03
Caixa e Depósitos Bancários	5	2 113 170,25	1 621 907,65
Total de activos correntes		2 737 534,53	2 049 758,06
TOTAL DO ACTIVO		3 594 935,19	2 929 233,14
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital Subscrito		500 000,00	500 000,00
Reservas Legais		128 483,89	128 483,89
Outras Reservas		888 503,51	745 563,90
Excedentes de revalorização		84 617,36	263 097,88
Resultado Líquido do Período		529 053,87	364 459,09
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	11	2 130 658,63	2 001 604,76
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por Impostos Diferidos	12	5 888,31	5 888,31
Total de passivos não correntes		5 888,31	5 888,31
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	199 268,23	17 063,64
Estado e Outros Entes Públicos	14	75 409,55	23 862,63
Outras Dívidas a Pagar	15	1 183 710,47	880 813,80
Total de passivos correntes		1 458 388,25	921 740,07
TOTAL DO PASSIVO		1 464 276,56	927 628,38
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3 594 935,19	2 929 233,14

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

Luís Estátos

O Conselho de Administração



MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
Vendas e Serviços Prestados	17 e 25	2 775 500,68	2 281 933,36
Fornecimentos e serviços externos	18 e 25	-1 605 289,15	-1 175 484,22
Gastos com o pessoal	19	-458 030,07	-619 406,58
Outros Rendimentos	20	77 587,14	70 347,01
Outros Gastos	21	-79 668,68	-62 790,13
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		710 099,92	494 599,44
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	-22 074,42	-23 552,70
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)		688 025,50	471 046,74
Juros e rendimentos similares obtidos	22	904,17	392,08
Juros e gastos similares suportados	22	-	-5,82
Resultado antes de impostos		688 929,67	471 433,00
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	23	-159 875,80	-106 973,91
Resultado líquido do exercício		529 053,87	364 459,09
Resultados por acção básico		1,06	0,73

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

Luís Santos

O Conselho de Administração

W. ...
J.P. ...

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital Subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	500 000,00	-	128 483,89	743 114,62	-	263 097,88	382 449,28	2 017 145,67
Alterações no período	-	-	-	2 449,28	-	-	-382 449,28	-380 000,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	2 449,28	-	-	-382 449,28	-380 000,00
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	364 459,09	364 459,09
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	364 459,09	364 459,09
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31. de Dezembro de 2016	500 000,00	-	128 483,89	745 563,90	-	263 097,88	364 459,09	2 001 604,76
Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	500 000,00	-	128 483,89	745 563,90	-	263 097,88	364 459,09	2 001 604,76
Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do exercício	-	-	-	142 939,61	-	-178 480,52	-364 459,09	-400 000,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	0,00	0,00	142 939,61	-	-178 480,52	-364 459,09	-400 000,00
Resultado líquido do exercício	-	0,00	0,00	142 939,61	-	-178 480,52	-364 459,09	-400 000,00
Resultado integral	-	0,00	0,00	142 939,61	-	-178 480,52	-364 459,09	-400 000,00
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	529 053,87	529 053,87
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	500 000,00	-	128 483,89	888 503,51	-	84 617,36	529 053,87	2 130 658,63

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

Lunes Matos

Conselho de Administração

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

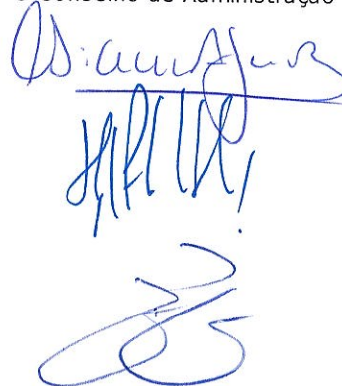
	Notas	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2 514 863,41	2 334 958,75
Pagamentos a fornecedores		-1 319 000,62	-1 092 202,54
Pagamentos ao pessoal		-455 806,04	-626 464,50
Caixa gerada pelas operações		740 056,75	616 291,71
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-112 303,48	-135 178,15
Outros recebimentos / pagamentos		262 833,63	586 557,01
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		890 586,90	1 067 670,57
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	16 901,00
Juros e rendimentos similares		675,70	392,08
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		675,70	17 293,08
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	-5,82
Dividendos		-400 000,00	-380 000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-400 000,00	-380 005,82
Varição de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		491 262,60	704 957,83
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 621 907,65	916 949,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2 113 170,25	1 621 907,65

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

Luís Carlos Ramos

O Conselho de Administração



Handwritten signature in blue ink and a circular stamp with illegible text.

MDS Auto – Mediação de Seguros, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS Auto – Mediação de Seguros, SA (“Empresa”) é uma sociedade anónima, foi constituída em 1975, tem a sua sede na avenida da Boavista nº 1277/88, tendo por atividade principal mediação de seguros, designadamente na área automóvel.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido – Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, foi alterado em 29 de Julho de 2015 com a publicação do Aviso nº 8256/2015 e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 2017.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DA NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Não aplicável.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4.2 Principais políticas contabilísticas

4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

4.2.2 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Esta classificação é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

4.2.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.4 Propriedades de Investimento

As Propriedades de investimento são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização das Propriedades de Investimento são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Em resultado de todas as avaliações internas que cuidadosamente a Empresa levou a efeito aos demais imóveis e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2014, à inexistência de sinistros relevantes em 2014 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção da Exma. Administração de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2014, acreditando por isso serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2013.

4.2.5 Instrumentos financeiros

4.2.5.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

4.2.5.2 Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos da empresa após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos de custos suportados com a sua emissão.

4.2.5.3 Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

4.2.5.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, no balanço.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

4.2.5.5 Ativos / passivos financeiros relacionados com contratos de seguros e atividade de corretagem

Os corretores de seguros atuam como agentes na colocação de riscos seguráveis dos seus clientes junto das seguradoras pelo que não são responsáveis enquanto parte principal nas transações efectuadas. Consequentemente, e para além do registo de comissões ou fees com as transações, nenhum registo contabilístico é efetuado até ao efetivo recebimento dos prémios de seguro ou indemnizações, altura em que são registados os correspondentes passivos em favor do cliente ou da empresa seguradora. Em determinadas circunstâncias, a Empresa adianta as indemnizações aos clientes por conta das seguradoras, situação em que tais montantes ficam reconhecidos como Clientes e Outras dívidas de terceiros.

4.2.5.6 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

4.2.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.



4.2.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

4.2.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

A Empresa procede ao registo de comissões geradas com a atividade de mediação de seguros no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio.

Relativamente aos prémios recebidos pela Empresa, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento pela Empresa do prémio, momento em que a Empresa assume a obrigação da entrega do montante do prémio líquido da comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, a Empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

Nas situações em que a Empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros.

Na rubrica do activo e passivo diferimentos estão incluídos os gastos e os rendimentos que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

4.3 Julgamentos e estimativas

As estimativas contábilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Registro de imparidades ao valor do ativo;

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF 4.

4.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

5 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. O caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme se segue:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Numerário	250,01	150,09
Depósitos bancários	<u>2 112 920,24</u>	<u>1 621 757,56</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>2 113 170,25</u>	<u>1 621 907,65</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>2 113 170,25</u>	<u>1 621 907,65</u>

6 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

Activo bruto	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2016	70 937,09	125 882,65	2 661,59	199 481,33
Aumentos	-	-	-	-
Diminuições	-21 640,75	-	-	-21 640,75
Transferências / abates	-	-	-	-
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2017	49 296,34	125 882,65	2 661,59	177 840,58
Aumentos	-	-	-	-
Diminuições	-	-	-	-
Transferências / abates	-	-	-	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2017	49 296,34	125 882,65	2 661,59	177 840,58
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2016	70 937,09	125 599,45	2 661,59	199 198,13
Aumentos	-	70,80	-	70,80
Diminuições	-21 640,75	-	-	-21 640,75
Transferências / abates	-	-	-	-
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2017	49 296,34	125 670,25	2 661,59	177 628,18
Aumentos	-	70,80	-	70,80
Diminuições	-	-	-	-
Transferências / abates	-	-	-	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2017	49 296,34	125 741,05	2 661,59	177 698,98
Valor líquido				
A 31 de Dezembro de 2016	-	212,40	-	212,40
A 31 de Dezembro de 2017	-	141,60	-	141,60

7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Propriedades de Investimento" corresponde aos activos imobiliários arrendados (Campo Grande e Campo Alegre).

Propriedades de Investimento	Terrenos	Edifícios e outras construções	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2016	299 416,65	1 136 326,08	1 435 742,73
Aumentos	-	-	-
Diminuições	-8 108,00	-24 324,03	-32 432,03
Transferências / abates	-	-	-
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2017	291 308,65	1 112 002,05	1 403 310,70
Aumentos	-	-	-
Diminuições	-	-	-
Transferências / abates	-	-	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2017	291 308,65	1 112 002,05	1 403 310,70
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2016	-	516 133,50	516 133,50
Aumentos	-	23 481,90	23 481,90
Diminuições	-	-15 567,38	-15 567,38
Transferências / abates	-	-	-
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2017	-	524 048,02	524 048,02
Aumentos	-	22 003,62	22 003,62
Diminuições	-	-	-
Transferências / abates	-	-	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2017	0,00	546 051,64	546 051,64
Valor líquido			
A 31 de Dezembro de 2016	291 308,65	587 954,03	879 262,68
A 31 de Dezembro de 2017	291 308,65	565 950,41	857 259,06

Adicionalmente divulga-se o valor contabilístico e o justo valor de cada uma destas propriedades de investimento:

Imóvel	Local	2017			2016		
		Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação	Tipo Avaliação	Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação	Tipo Avaliação
Campo Grande	Lisboa	346 343,30	375 000,00	Externa	354 274,83	491 000,00	Interna
Campo Alegre	Porto	510 915,76	560 000,00	Externa	524 987,85	499 000,00	Interna
		857 259,06			879 262,68		

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação em 31 de Dezembro de 2017 foi determinado por avaliação imobiliária em 27 de Dezembro de 2017 por uma entidade especializada independente – "Rarcom – Arquitectura, Consultadoria e Mediação Imobiliária, S.A." pelos modelos do Método de rendimento e Método comparativo.

Contas

Em resultado das avaliações efetuadas e dos critérios de avaliação utilizados conclui-se que os valores de mercado dos imóveis nesta data são de 375.000,00 Euros para o Edifício do Campo Grande e de 560.000,00 Euros para o Edifício do Campo Alegre.

O detalhe dos custos históricos de aquisição de Propriedades de Investimento reavaliado a data de 31 Dezembro 2017 são como segue:

	Custo histórico	Reavaliação	Valor reavaliado
Terrenos	261 878,97	29 429,68	291 308,65
Eifícios e outras construções	505 304,68	60 645,73	565 950,41
	<u>767 183,65</u>	<u>90 075,41</u>	<u>857 259,06</u>

8 CLIENTES


O detalhe dos Clientes em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Clientes correntes	264 095,98	6 299,96
Clientes de cobrança duvidosa	<u>768,98</u>	<u>768,98</u>
	<u>264 864,96</u>	<u>7 068,94</u>
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	<u>-768,98</u>	<u>-768,98</u>
	<u>264 095,98</u>	<u>6 299,96</u>

O saldo de clientes respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da actividade da Empresa. Os montantes apresentados encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela MDS Auto, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A MDS Auto entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Não vencido	-	240,00
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	258 255,33	3 460,73
30 - 90 dias	5 369,13	2 598,74
+ 90 dias	471,52	-
Total	<u>264 095,98</u>	<u>6 059,47</u>
Vencido com registo de imparidade		
+ 360 dias	<u>768,98</u>	<u>768,98</u>
	<u>768,98</u>	<u>768,98</u>
Total	<u>264 864,96</u>	<u>7 068,45</u>

Cratos


O movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte :

Rubricas	01.Janeiro.2017	Aumentos	Diminuições	31.Dezembro.2017
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 7)	768,98	-	-	768,98
Provisões correntes	-	-	-	-
	<u>768,98</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>768,98</u>
Rubricas	01.Janeiro.2016	Aumentos	Diminuições	31.Dezembro.2016
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 7)	768,98	-	-	768,98
Provisões correntes	-	-	-	-
	<u>768,98</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>768,98</u>

9 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

O detalhe de outras contas a receber em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, é o seguinte:

Outras Dívidas de Terceiros

	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel s/ comissões a receber de seguradoras	69 497,00	106 582,43
Outros	307,37	264,28
Outros devedores		
Partes relacionadas	241 303,74	220 228,62
Seguradoras	37 407,70	79 516,41
Outros	564,31	7 282,68
	<u>349 080,12</u>	<u>413 874,42</u>

A 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
Não vencido	-	21 260,50
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	90 410,04	16 452,67
30 - 90 dias	-4 075,52	36 017,02
+ 90 dias e inferiores a 180 dias	262 745,60	340 144,23
	<u>349 080,12</u>	<u>413 874,42</u>

10 DIFERIMENTOS

O detalhe da rubrica diferimentos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Valores devedores		
Seguros	6 752,98	6 449,16
Fornecimentos e serviços externos	4 435,20	1 226,87
	<u>11 188,18</u>	<u>7 676,03</u>

11 CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o capital social integralmente subscrito e realizado está representado por 500.000 ações ordinárias ao portador com o valor nominal de 1 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o capital subscrito da sociedade era detido pelas seguintes entidades:

<u>Entidade</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
MDS SGPS, S.A.	50,01%	50,01%
Salvador Caetano SGPS, S.A.	49,99%	49,99%

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas em capital.

Reservas de reavaliação

A empresa procedeu à reavaliação dos seus ativos tangíveis ao abrigo de legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto Lei nº49/91 de 25 de Janeiro
- Decreto Lei nº31/98 de 11 de Fevereiro

De acordo com a legislação vigente estas reservas não são distribuíveis aos acionistas.

As outras reservas correspondem a reservas livres criadas pela empresa, que podem ser distribuídas após a cobertura de prejuízos acumulados..

Os resultados transitados correspondem a resultados de exercícios anteriores.

12 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O montante registado nesta rubrica respeitava às reavaliações legais dos ativos tangíveis da Empresa.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foi como se segue:

	Impostos diferidos passivos	Impostos diferidos passivos
	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
Saldo inicial	5 888,31	6 418,14
Efeito em resultados:		
Reavaliações de imobilizado tangível reintegrável	-	-529,83
Efeito em reservas:		
	-	-
Saldo final	5 888,31	5 888,31

13 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
Fornecedores gerais	199 268,23	17 063,64
	199 268,23	17 063,64

A 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a antiguidade dos saldos de fornecedores pode ser analisada como segue:

Fornecedores conta corrente	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
Não vencido	33 995,16	10 804,87
A pagar		
Até 90 dias	152 849,81	5 611,98
+ 90 dias	12 423,26	646,79
Total	199 268,23	17 063,64

Os montantes acima referidos respeitam exclusivamente a valores a pagar a fornecedores correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico aproximadamente o seu justo valor.

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	62 819,80	11 507,72
Imposto sobre o valor acrescentado	72,93	36,46
Retenções na fonte	4 168,13	4 229,10
Contribuições para a Segurança Social	8 348,69	8 089,35
	<u>75 409,55</u>	<u>23 862,63</u>

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

15 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Outros credores		
Clientes	-	2 353,98
Outros	933 558,72	677 239,22
Credores por acréscimos de gastos		
Fornecimentos e serviços externos	186 092,46	139 357,67
Despesas com pessoal	64 059,29	61 862,93
	<u>1 183 710,47</u>	<u>880 813,80</u>

Nas outras Dívidas a Terceiros, a rubrica outros inclui o valor de 933.558,72 euros em 2017 e 677.239,22 euros em 2016 respeitante ao valor que a empresa tem de liquidar às seguradoras.

16 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Vencíveis em:		
renovável automaticamente	58 387,64	58 735,46
	<u>58 387,64</u>	<u>58 735,46</u>

Em 31 de Dezembro de 2017 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 48.348,82 euros (58.735,46 euros em 31 de Dezembro de 2016) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a viaturas e aluguer .

Em 31 de Dezembro de 2017 a empresa tinha celebrado, como locadora, contrato de locação operacional, cujos recebimentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Vencíveis em:		
renovável automaticamente	35 400,00	35 400,00
	<u>35 400,00</u>	<u>35 400,00</u>

Em 31 de Dezembro de 2017 foi reconhecido como ganho do exercício o montante de 35.400 euros relativo a rendas recebidas.

17 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor líquido das prestações de serviços nos exercícios de 2017 e 2016 de acordo com a sua natureza pode ser apresentado como segue:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Por mercado		
Mercado interno	2 774 020,68	2 267 613,36
Mercado externo	1 480,00	14 320,00
	<u>2 775 500,68</u>	<u>2 281 933,36</u>
	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Comissões	2 366 447,76	2 267 613,36
Outros	409 052,92	14 320,00
	<u>2 775 500,68</u>	<u>2 281 933,36</u>

A reconciliação dos valores considerados nas divulgações relativamente à Nota 25 (Norma regulamentar nº 15/2009 do Instituto de Seguros de Portugal) e os valores de comissões nacionais é como se segue:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Comissões consideradas Norma regulamentar 15/2009 ASF (Nota 25)	2 366 447,76	0,00
Valor de rappel dotado e não recebido	76 304,00	108 714,08
Dotação de comissões e reversão de dotação do exercício anterior	-114 131,08	-147 000,37
Outros	446 880,00	3 916,33
Total de comissões nacionais	<u>2 775 500,68</u>	<u>-34 369,96</u>

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Trabalhos especializados	1 373 471,90	938 830,80
Publicidade e propaganda	36 393,31	23 741,46
Comissões	60 326,89	55 628,55
Serviços bancários	936,14	846,85
Conservação e reparação	27 031,43	26 055,65
Material de escritório	6 384,32	5 685,31
Electricidade	3 806,56	7 038,77
Combustíveis	3 086,44	3 939,28
Água	1 754,68	5 999,95
Deslocações e estadas	2 608,85	371,76
Rendas e alugueres	53 200,50	64 897,72
Comunicação	20 518,56	29 454,39
Seguros	4 257,21	4 236,20
Contencioso e notariado	310,91	928,95
Despesas de representação	4 978,09	1 123,09
Limpeza higiene e conforto	3 369,04	3 369,01
Outros	2 854,32	3 336,48
	<u>1 605 289,15</u>	<u>1 175 484,22</u>

Os trabalhos especializados estão relacionados com serviços de apoio informático e assessoria à área de negócio da empresa.

19 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Remunerações	327 959,58	488 458,69
Encargos sobre remunerações	76 937,38	76 574,80
Seguros	22 677,66	23 263,17
Gastos com acção social	4 990,33	2 967,67
Outros gastos com pessoal	25 465,12	28 142,25
	<u>458 030,07</u>	<u>619 406,58</u>

O número médio de funcionários, em 2017 foi de 13 colaboradores (14 colaboradores em 2016).

20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de outros rendimentos e ganhos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Rendimentos suplementares	38 396,15	41 548,78
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	-	36,35
Outros	39 190,99	28 761,88
	<u>77 587,14</u>	<u>70 347,01</u>

A rubrica outros é composta no ano de 2017 e 2016, na facturação dos complementos de pensão pagos a dois ex-colaboradores no valor de 21.075,12 euros.

21 OUTROS GASTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de outros gastos e perdas era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Impostos	52 122,81	46 140,71
Outros	27 545,87	16 649,42
	<u>79 668,68</u>	<u>62 790,13</u>

22 GANHOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos ganhos e perdas financeiras era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Juros suportados	-	-
Outros	-	5,82
	<u>-</u>	<u>5,82</u>

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Juros obtidos	904,17	392,08
	<u>904,17</u>	<u>392,08</u>

23 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 podem ser detalhados como segue:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Imposto corrente	159 875,80	107 503,74
Imposto diferido (Nota 11)	-	-529,83
	<u>159 875,80</u>	<u>106 973,91</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
Resultado antes de impostos	688 929,67	471 433,00
Benefícios fiscais	-8 958,00	-7 980,00
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-	-7 619,28
Constatação de diferenças entre amortizações económicas e fiscais decorrentes de reavaliações	955,96	955,96
Outros	19 491,25	11 490,56
	700 418,88	468 280,24
Taxa de imposto sobre o rendimento até 12.500 euros	12,50%	12,50%
Taxa de imposto sobre o rendimento	21,00%	21,00%
	147 087,96	98 338,85
Efeito constatação ou reversão de impostos diferidos	-	-529,83
Derrama	10 506,28	7 024,20
Tributação autónoma	2 281,56	2 140,69
Imposto sobre o rendimento	159 875,80	106 973,91

24 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transacções

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
Outras partes relacionadas	35 400	35 400	1 062 785	936 979
	35 400	35 400	1 062 785	936 979

	Juros auferidos		Dividendos pagos	
	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
Accionistas	-	-	400 000	380 000
Outras partes relacionadas	-	-	-	-
	-	-	400 000	380 000

	Aquisições imobilizado		Alienações imobilizado	
	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
Outras partes relacionadas	-	-	-	17 000,00
	-	-	-	17 000,00

Saldos

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
Accionistas	241 304	-	-	-
Outras partes relacionadas	6 812	5 455	-182 608	-16 205
	248 115	5 455	-182 608	-16 205

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, à Efanor Investimentos, SGPS, SA e ao Grupo Salvador Caetano, SGPS, SA.

Os membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 não tiveram qualquer remuneração, nem foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

25 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

(para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, de 30 de Dezembro)

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

Informação incluída na nota 3.2.8 Rédito e Especialização dos Exercícios.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	2017	2016
Numerário	2 366 447,76	2 301 983,32
Espécie		
TOTAL	2 366 447,76	2 301 983,32

Por tipo	Remunerações (€)	
	2016	2015
Comissões	2 366 447,76	2 301 983,32
Honorários		
Outras Remunerações		
TOTAL	2 366 447,76	2 301 983,32

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações				Fundos de Pensões	
		Ramo Vida		Ramo Não Vida		2016	2015
		2017	2016	2017	2016		
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	22 898,47	40 447,28	1 658 010,31	1 536 868,52		
1085	AIG Europe Limited			20 274,71	3 251,38		
1039	Ageas Portugal - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	115,59	115,54				
1129	Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A.			1 667,78	1 346,59		
1011	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	993,72	764,52	259 118,97	260 934,64		
1028	Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.			9 354,54	21 921,46		
1151	Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	161,81					
1194	Generali - Companhia de Seguros, S.A.			80 292,29	85 651,46		
1021	Generali Vida - Companhia de Seguros, S.A.	644,61	4 026,95				
1098	Groupama Seguros de Vida, S.A.	2 251,38					
1097	Groupama Seguros, S.A.			659,75			
1166	Hiscox Insurance Company Limited			168,15	533,29		
4608	Mutuelle Générale de L Education Nationale			865,56			
4835	HCC International Insurance Company			2 200,00			
1023	Ocidental, S.A.			435,34			
4305	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance			2 700,00			
1010	Liberty Seguros, S.A.	534,88	507,74	33 003,34	27 126,63		
1025	Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.						
1026	Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.			2 896,90	3 182,35		
1145	Mapfre Seguros Gerais, S.A.			222 611,99	308 075,16		
1186	Mapfre Seguros de Vida, S.A.	35 569,53	4,50				
1188	MetLife Europe d.a.c.	3 417,98	2 813,26		253,13		
1029	Real Vida Seguros, S.A.	408,75			0,00		
1096	Victoria - Seguros de Vida, S.A.	29,49	12,02		0,00		
1160	Victoria - Seguros, S.A.			2 347,26	2 137,26		
1184	Zurich Insurance PLC - Sucursal em Portugal			2 258,93	1 655,97		
	Outros sem código de mediação	516,26	353,67	39,47			
	TOTAL	67 542,47	49 045,48	2 298 905,29	2 252 937,84	0,00	0,00

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações %	
		2017	2016
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	71,0%	68,5%

e) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes" €	
	2017	2016
Início exercício	1 245 894,79	793 354,56
Final do exercício (Nota 4)	993 625,35	1 245 894,79
Volume movimento do exercício		
A débito	10 346 683,80	10 070 142,97
A crédito	10 598 953,24	9 617 602,74

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2017	2016	2017	2016
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários	2 851,83	204,53	2 103,61	901,40
Empresas de seguros	36 659,48	79 516,41	928 896,89	646 121,84
Outros mediadores	-,00	-,00	-,00	-,00
	39 511,31	79 720,94	931 000,50	647 023,24

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2017	2016	2017	2016
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de	36 659,48	79 516,41	928 896,89	646 121,84
Outras quantias				
TOTAL	36 659,48	79 516,41	928 896,89	646 121,84

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final do exercício).

Informação divulgada nota 8.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Contas "clientes"	Valor	
	2017	2016
Garantias (caução)	-,00	-,00

Garantia nos termos da alínea d) e nº 1 do Art.19 do Dec.Lei 144/2006, de 31 de Julho na redacção dada pelo Dec.Lei 359/2007, de 2 de Novembro

j) Transmissão de carteiras de seguros

Não aplicável

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não aplicável

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Cod.ASF	Empresas de seguros	Remunerações			
		Ramo Vida / Não Vida/Fundos de Pensões			
		€		%	
		2017	2016	2017	2016
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	1 680 908,78	1 577 315,80	71,0%	68,5%
1011	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	260 112,69	261 699,16	11,0%	11,4%
1145	Mapfre Seguros Gerais, S.A.	222 611,99	308 075,16	9,4%	13,4%

n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Não aplicável

o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais lhe foram outorgados poderes de cobrança

Não aplicável

p) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas

Não aplicável

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

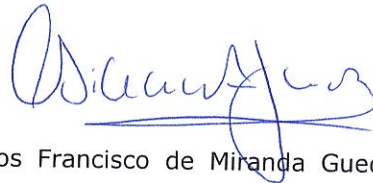
As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração de 3 de Abril de 2018, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

Contabilista Certificado,



(Maria de Lurdes Matos)

O Conselho de Administração,



(Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar)



(Miguel Pedro Caetano Ramos)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.594.935 euros e um total de capital próprio de 2.130.659 euros, incluindo um resultado líquido de 529.054 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

4 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas;

iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório de gestão;

ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras; e

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

4 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados

- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

representada por:

José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

DRAFT



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.594.935 euros e um total de capital próprio de 2.130.659 euros, incluindo um resultado líquido de 529.054 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

4 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras; e
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

4 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.